

TRABALHO DOCENTE E SAÚDE MENTAL: ESTUDO DE CASO EM TRÊS ESCOLAS DE SANTA MARIA- RS

Priscila dos Santos Peixoto¹
Carlos Armani²

RESUMO

O presente artigo apresenta um estudo sobre a questão da saúde mental dos profissionais da educação do município de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul- Brasil. Partindo de uma discussão sobre o contexto da sociedade contemporânea e sua interferência na vida pessoal e profissional das pessoas, busca-se discutir os desafios enfrentados pelos docentes na sua atuação profissional e quais as representações de saúde e doença que os educadores percebem na sua rotina de trabalho. Ainda, de forma sucinta, o artigo traz alguns resultados de uma pesquisa realizada em três escolas estaduais do municípios, onde tentou-se problematizar o tema da saúde mental dos professores.

Palavras chaves: saúde mental, trabalho docente, escola.

TEACHING WORK AND MENTAL HEALTH: A CASE STUDY IN THREE SCHOOLS AT SANTA MARIA-RS

ABSTRACT

This article presents a study on the issue of mental health professionals' education in Santa Maria city, in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. Starting from a discussion of the context in the contemporary society and its interference with the personal and professional lives of people, we try to discuss the challenges faced by teachers in their professional practice and what representations of health and illness that educators perceive in their routine work. Still, succinctly, the article presents results of a survey conducted in three state schools from the city, where we tried to discuss the issue of mental health of teachers.

Key words: mental health, teaching work, school.

¹ Bacharel/ Licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Maria- UFSM; Acadêmica do Programa de Pós Graduação em História- UFSM, nível Especialização; Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais- UFSM

² Doutor em História; Pós-doutorado em Teoria e Filosofia da História; Professor Adjunto dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Chefe do Departamento de História da UFSM.

INTRODUÇÃO

Pensar sobre educação, mais especificamente no trabalho docente, remete-nos a questões voltadas ao ensino - aprendizagem, práticas educacionais, novas tecnologias de educação e tantas outras discussões que envolvem a relação aluno- professor, ou, como preferimos conceituar: estudante- docente. As pesquisas sobre educação, de modo geral, são direcionada a atender as demandas de aprendizagem do estudante e as estratégias educacionais utilizadas com maior ou menor sucesso, para um desempenho satisfatório do estudante no que tange a apropriação de conhecimentos pré- definidos pela grade curricular escolar.

Nessa perspectiva, o docente protagoniza uma cena em que se apresenta como o “grande vilão” da aprendizagem, sendo sua responsabilidade criar e desenvolver estratégias educacionais que cumpram sua tarefa. Contudo, as teorias educacionais focadas no estudante parecem referir a importância do contexto sócio cultural em que está inserido o estudante e as distintas formas culturais que o docente deve se apropriar ao pensar suas estratégias educacionais. Dito isso, o docente hoje enfrenta muitos desafios, tamanha é a diversidade cultural e social dos estudantes com os quais trabalha. Ao docente dirigem-se cobranças relativas a sensibilidade com as questões sociais, com a inclusão, com estudantes em situação de vulnerabilidade social, tanto quanto exige-se constante atualização e domínio de novas tecnologias de comunicação, por via informatizada a fim de tornar “mais atrativa” sua proposta de aula.

Diante dessa realidade, a partir de 1990 (ARAÚJO, 2009), as pesquisas sobre educação e trabalho docente lançam outra preocupação: a questão da saúde do educador, tendo como objeto de análise as doenças que mais afligem o docente em sua atuação profissional. Sobre esse tema, os pesquisadores na Bahia foram pioneiros em levantar e discutir a educação sobre o enfoque da saúde do profissional da educação. As pesquisas iniciais, referiam-se a doenças nas cordas vocais (calos vocais, afonia), doenças como tendinite, artrite, culminado com um campo quase inexplorado na profissão docente: a

saúde mental³. Nessas pesquisas, realizadas em escolas da rede pública e privada da Bahia, evidenciou-se determinados períodos do ano letivo os quais os docentes desenvolviam maior irritabilidade com a profissão, solicitavam laudos médicos ou desenvolviam aversão ao trabalho em sala de aula.

A atenção para a saúde mental do trabalhador docente está inserida em um contexto maior de preocupação com a saúde mental dos trabalhadores em geral. Os estudos sobre o “esgotamento” dos trabalhadores, denominados pela psicologia de “*síndrome de burnout*”, refletiu nas pesquisas em educação como a questão do “mal estar docente”⁴.

Contudo, ao voltar o olhar para o docente, essas pesquisas tiveram distintos impactos sobre os docentes. Desde a questão dos “modismos”, pedidos de afastamentos devido a esse “esgotamento”, cujos sintomas são amplamente divulgados pela mídia, até casos comprovados de adoecimento mental dos educadores ou, a recusa do diagnóstico sob pena se criar um estigma na profissão.

Baseado nesses dados, entre os anos de 2011 e 2012 foi realizada uma pesquisa em escolas de Santa Maria a fim de discutir a questão da saúde mental do profissional em educação, verificando através dos discursos das professoras elementos que indicassem um processo de adoecimento mental das docentes. Como base empírica para lançar a discussão, foi solicitado junto à Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul as estatísticas de afastamentos de docentes e servidores das escolas públicas de Santa Maria (rede estadual), entendidos como dados “reais”, diagnosticados pelo Departamento de Perícia Médica e Saúde do Trabalhador – DMEST, da Secretaria de Administração e Recursos Humanos do Estado do RS. O objetivo era comparar os dados empíricos com a rotina e os discursos das docentes sobre saúde mental. Esse quadro estatístico fornecido pela Secretaria de

³ Vale lembrar aqui que o termo “Saúde mental” é o termo oficial utilizado pelas Secretarias de Educação para referir-se a todo tipo de adoecimento, transtorno referente ao sofrimento psíquico, como depressão, síndrome do pânico, estresse, bipolaridade. Por isso, esse termo é utilizado nesse artigo.

⁴ O termo “mal estar docente”, que constitui-se em uma série de sintomas de diferentes tipos de doenças e transtornos que levam o profissional ao esgotamento e ao aumento de ausência no trabalho. Contudo, o mal estar docente está relacionado diretamente com a função no trabalho, com o enfrentamento diário de situações frente ao aluno, e as frustrações de não conquistar o reconhecimento e as expectativas profissionais. Esse artigo transcende a questão da escola e insere o profissional da educação como um agente social influenciado pelo contexto sócio, econômico e cultural no dia a dia que leva a um adoecimento e como esse adoecimento psíquico é pensado e refletido no local de trabalho.

Educação mostrou uma permanência de aproximadamente 30% dos afastamentos entre os anos de 2009 a 2011 referentes à saúde mental. Mais especificamente, afastamentos por motivo de depressão e síndrome do pânico. Levando em consideração a popularização dos remédios antidepressivos e a presença majoritária de mulheres na educação básica, a pesquisa sobre saúde mental buscou compreender o fenômeno da depressão em mulheres docentes e seus reflexos na rotina escolar.

Dessa forma, esse artigo discorrerá sobre as pesquisas que abordam a saúde do profissional da educação, bem como, através dos dados coletados com a pesquisa em escolas de Santa Maria, irá analisar os discursos sobre saúde e doença presentes nas escolas estaduais da cidade.

O TRABALHO DO DOCENTE EM DEBATE: DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A Sociedade Contemporânea, chamada por alguns autores de pós-moderna ou pós-industrial, ou Sociedade de consumo, trouxe inúmeros benefícios em aspectos de tecnologias, longevidade e acesso aos bens culturais. Contudo, as desigualdades sociais se intensificaram e há um processo seletivo entre aqueles que almejam a aquisição de bens materiais, culturais e sociais (ou simplesmente compartilham uma consciência coletiva de consumo) e aqueles que de fato possuem recursos para tais realizações. Outro aspecto da atualidade, está relacionado a busca incessante pela transformação do corpo e da mente. O desejo de satisfação e plena realização, pessoal, profissional, reconhecimento social, permeia as relações entre os indivíduos, relações cada vez mais frágeis⁵.

Nesse cenário, inserimos algumas características da contemporaneidade: o individualismo, a competitividade e a incapacidade de realização plena. Sempre há algo a ser conquistado, adquirido. Há todo momento, novas necessidades são forjadas para nossa mente, fazendo-nos

⁵ Essa fragilidade se fundamenta a partir da visão de Bauman (2001) sobre o processo dinâmico com que as relações sociais se constroem, modificam-se e desfazem-se, ao que ele atribuiu “liquidez das relações”.

viver sempre à espera. Vivemos em uma sociedade do “de vir”, vir a ser feliz, vir a ser auto-realizado, vir a ser “completo”.

A busca pela plenitude do ser, quando frustrada, acarreta desordens no campo da satisfação e os indivíduos tendem a se mostrar anômicos⁶ em uma sociedade, a qual a regra é de pessoas felizes, satisfeitas e realizadas, uma sociedade de “vencedores”. Segundo o Relatório de Saúde no Mundo de 2001, aproximadamente 450 milhões de pessoas sofrem de transtornos mentais, mas só uma parcela recebe o tratamento adequado. A depressão está em quarto lugar no ranque de doenças que proporcionam Anos de Vida para a Incapacidade (AVAI), e estima-se que até 2020 ocupe o segundo lugar, ficando atrás apenas das doenças cardíacas e isquêmicas.

Seria a depressão, uma doença, um transtorno, produto da sociedade pós-industrial⁷?

Obviamente, o quadro sintomático que define um estado depressivo, já era observado desde a antiguidade, tendo como um dos nomes de conceituação dos sofrimentos humanos, melancolia. Contudo, as representações sobre o adoecimento e sobre o sofrimento psíquico se reconfiguraram. Vivemos hoje um momento de profunda medicalização da dor, seja física, seja psíquica. Não há tempo para processar o seu luto e suas frustrações. O momento histórico da performance do corpo, nos diz que estar triste é estar fora dos padrões de interação social estabelecidos pela sociedade contemporânea. A facilidade de acesso a diagnósticos e a medicamentos potencializaram o hábito do auto diagnóstico e auto medicação, proporcionando um processo de medicalização da vida e popularização de medicamentos.

Ainda sobre a depressão, segundo os dados da Organização Mundial da Saúde (2001), as mulheres estão sujeitas a desenvolverem quadros de depressão mais que os homens, enquanto o consumo de substâncias (álcool, psicoativos) é maior entre o sexo masculino. Percebemos então, uma característica relacionada ao gênero. As mulheres desenvolvem mais o quadro depressivo, ou buscam ajuda mais facilmente, assumindo seu adoecimento? A

⁶ Referindo-se aqui ao termo utilizado por Durkheim (2000) como “Anomia social”.

⁷ A utilização do termo “pós-industrial”, vem ao encontro da perspectiva de Alain Touraine (2007).

depressão é representada pela seriedade de doença ou é entendida como uma frivolidade feminina? Qual é a representação da depressão dentro da escola?

Diante desses questionamentos, essa pesquisa, em linhas gerais, buscou compreender o fenômeno da depressão na atualidade, dentro do mundo do trabalho. O recorte da pesquisa propôs o estudo do adoecimento mental das professoras da rede pública estadual de Santa Maria-RS. A escolha por esse recorte é fundamentada na análise de que ainda há uma predominância de mulheres ocupando cargos de professoras na educação básica, da mesma maneira que, a profissão docente exige um grau extremado de responsabilidades, tamanho as expectativas colocadas na educação e nos papéis do professor, seja pela família ou Governo através de políticas públicas. Por isso, pode-se considerar uma profissão sujeita a grandes níveis de estresse e de frustrações pelas demandas não atingidas. Além da questão social das mulheres serem vistas “naturalmente” como cuidadoras e essa seja uma expectativa em relação a elas.

Desse modo, surgiu a questão: a escola é um espaço de adoecimento mental?

Em caso afirmativo, porque algumas professoras adoecem e outras não? Quais são as subjetividades que permeiam o universo da escola que podem ser indicadores de um adoecimento? Baixos salários, pressões relativas às políticas públicas de educação e demandas sociais, contexto sócio-econômico da comunidade escolar, exigências de multi papéis desempenhados pelas educadoras, desvalorização do status social das professoras, foram algumas questões apontadas pela pesquisa.

Em uma sociedade com os aspectos já citados, a qual, as relações sociais se estruturam e reconfiguram-se com grande dinamicidade, a Escola aparentemente se mostra obsoleta e incapaz de acompanhar as exigências das transformações do mundo do trabalho. Em virtude disso, há uma culpabilização muito grande dos professores pelos fracassos educacionais. Há uma inversão na análise dos problemas da educação, personificando a escola e a educação enquanto “sujeitos” de análise, em detrimento dos atores sociais: as docentes, que acabam subjetivadas do seu próprio contexto. Esse artigo não se propõe a fazer um estudo ou crítica sobre a educação, mas sim, acompanhar o paradoxo de ser mulher e docente em

meio a uma evidência crescente nos indicadores da saúde de um processo de adoecimento mental.

Nesse sentido, se faz mister pensar como essas transformações da sociedade influenciam a cultura escolar. A escola, como uma grande estrutura esta passando por modificações sistemáticas sobre seu próprio conceito de ensino, de educação e de instituição. Diria ainda que a escola representa um “encontro” entre o passado e o presente. As transformações da sociedade contemporânea chegam até a escola através dos jovens estudantes que se apropriam de um discurso, de um comportamento atual, enquanto as bases da instituição escolar resiste em modelos de ensino e aprendizagem que não contemplam as mudanças do nosso tempo.

Os estudos de antropologia e educação aparecem como uma alternativa de análise da cultura escolar. Contudo, tais estudos ainda têm o foco nas relações de aprendizado e a diversidade presente nas categorias estudantis. O trabalho docente, enquanto um objeto para se pensar os processos de interações dos professores e as mediações simbólicas da profissão dos docentes, aparece timidamente nas pesquisas sobre educação. Segundo Wulf,

Na sociedade atual, a maioria dos indivíduos encontra o sentido da existência na vida familiar e social, mas antes de tudo no trabalho. O trabalho satisfaz suas necessidades materiais e lhe fornece um reconhecimento social e pessoal. O trabalho gera uma capacidade de *performance*, assegura a existência e permite ao indivíduo encontrar sua **identidade** e o sentido de sua vida. (WULF, 1944, p.64-65)

O autor Alain Touraine, nos apresenta um novo paradigma para pensar a sociedade em que vivemos, com a ascensão do sujeito enquanto indivíduo e as múltiplas identidades, ou possibilidades de experiências proporcionadas pelo individualismo. Assim, Touraine (2007) argumenta que, o que mobiliza a sociedade, não são mais os movimentos coletivos, mas sim a construção da vida individual, de um sujeito que se entende portador de direitos, sobretudo o direito de ser um indivíduo. O que corrobora na fragmentação de identidades⁸ e em um indivíduo que se pretende ator/ sujeito de sua vida. Contudo, esse autor explica que a construção do sujeito individualizado não ocorre de forma homogênea e alheia aos processos de dominação. O importante é ressaltar que o discurso dominante infere que na

⁸ Essa fragmentação de identidades colocada pelo autor, refere-se a evidência de que um indivíduo esta sujeito a diferentes interações sociais. Não representa apenas um grupo, mas vários, por exemplo um estudante que pode ser um militante estudantil, militante das causas da africanidade, da escola de samba. Ou seja, o individuo não está engessado em uma única identidade, ele comporta várias identidades baseadas nos seus gostos, interesses e convívio social. O autor diz que não há mais um identidade e sim identidades.

sociedade não há atores, apenas vítimas, o que é um equívoco se pensarmos nas conquistas de liberdades proporcionadas pelas novas formas de movimentos sociais que se desenvolveram e habitam nossa vida cotidiana (p. 129).

Já Leandro Pinheiro (s/d), nos mostra que houve uma reconfiguração dos movimentos sociais nas últimas duas décadas. Segundo esse autor, os movimentos sociais anteriores tinham forte caráter político ideológico e comumente estavam ligados a Instituições, como é o caso dos grêmios estudantis. Hoje, o que mobiliza os jovens não são mais, ou apenas, os movimentos e as reivindicações políticas, mas o pano de fundo de mobilização jovem está relacionada a aspectos culturais. Na escola, a diversidade de gostos musicais, modos de vestir e de manifestação da sexualidade, infere a construção de múltiplas identidades entre os jovens.

Podemos dizer que a escola perdeu a sua função de formatadora de um tipo homogêneo de estudantes. Hoje, o que ocorre na escola é a tentativa de uma educação que valorize as diferenças e que cada estudante seja visto como único, como um indivíduo entre tantos e não apenas mais um na categoria estudante. Já o professor, passa por um processo, conforme explica Goffman (1988), de reprodução de uma identidade deteriorada. Isso ocorre pelo contexto de desvalorização da profissão docente, há três décadas atrás, ser professor era motivo de orgulho e distinção social⁹, hoje a distinção é de forma pejorativa, pois a escolha da docência carrega o fantasma dos baixos salários e da incapacidade de exercer uma profissão “melhor”.

Nesse sentido, podemos elencar uma das primeiras contradições na escola. Enquanto os estudantes vivem uma cultura de valorização dos atributos individuais, de múltiplas identidades, os professores carregam uma identidade fechada, única, a qual está presente também em sua vida pessoal e social, pois a escolha de sua profissão é refletida nas relações de gênero na sua vida familiar, pela desigualdade salarial e na vida social, pois a sua vida fora da escola fica determinada pelas atividades da docência¹⁰.

A formação de identidades fechadas, como as étnicas, religiosas ou profissionais, dificultam a produção de uma consciência de sujeito-ator, pois o indivíduo aparece diluído em uma identidade maior. Assim, para que se forme a consciência do sujeito, o Touraine (2007) elenca três componentes necessários:

Uma relação a si mesmo, ao ser individual, portador de direitos fundamentais o que marca uma ruptura em relação à referência a

⁹ Argumento de uma docente informante da pesquisa.

¹⁰ Aqui refere-se também a relatos de docentes que sentem-se constantemente vigiados fora da escola. Há um temor de que ao encontrar colegas docentes e principalmente alunos, em situações de lazer (consumo de álcool, encontros em bares e casas noturnas) isso reflita na relação de respeito entre colegas professores e estudantes e estudantes.

princípios universalistas;... o sujeito não se forma a não ser entrando em conflito com as forças dominantes que lhe negam o direito e a possibilidade de agir como sujeito;... cada um, enquanto sujeito, propõe certa concepção geral do indivíduo. (2007, p. 130)

Ou seja, o sujeito não se manifesta através da execução de papéis esperados e estabelecidos a priori, como o de bom trabalhador, bom pai ou boa mãe (p.131), mas sim nas tentativas de fugir e de se libertar de tais papéis. Mais além, o autor reflete sobre a sociedade contemporânea ser refém de uma ideologia do consumo, a qual, se utilizam de meios de comunicação para manipular e deformar o sujeito presente em cada indivíduo.

A partir do pensamento desse autor, podemos refletir sobre o papel dos professores na escola. Como já falado, o acumulo de exigências sobre o professor sugere o desempenho de múltiplos papéis na escola. O professor tem que ser bom cuidador, tem que saber usar as novas tecnologias de ensino, estabelecer estratégias educacionais que atinjam um público variado, por etnia, classe social, gênero e necessidades especiais, além de criar uma forma de avaliação que contemple toda essa diversidade.

O trabalho docente passa a ser um estigma perante a sociedade contemporânea, individualista que valoriza as pessoas que são bem sucedidas e as profissões que tem prestígio social. A questão a ser pensada é justamente o tipo de escola que temos e o contraste com a formação de professores. Perez (2001), diz que

A escola e o sistema educativo em seu conjunto podem ser entendidos como uma instância de mediação entre os significados, os sentimentos e as condutas da comunidade social e o desenvolvimento particular das novas gerações. (p.11)

Já Touraine (2007), coloca que a escola deve ser um lugar de formação de atores sociais e, mais profundamente ainda, de sujeitos pessoais. (p.153), ou seja, as questões entendidas como do universo privado, devem ser discutidas na escola com o intuito de uma preparação para vida, além da preparação profissional e o exercício da cidadania.

Ao analisarmos os parâmetros curriculares nacionais, percebemos que a iniciativa do governo federal se encaminham nessa direção, porém, na prática a escola tem uma visão muito arcaica e contraditória de como a escola deve contribuir na formação dos estudantes. Num momento em que mais se fala de diversidade e respeito às diferenças no interior na escola, é paradoxal pensar em um estabelecimento que visa um fim único e homogêneo a seus alunos, a preparação

para o vestibular¹¹. O que leva a uma formatação homogênea da grade curricular para atender as demandas de conteúdos solicitados pelos vestibulares, negligenciando os estudantes que não compartilham do mesmo objetivo ou das mesmas condições de acesso ao ensino superior.

Talvez o grande paradigma da escola, é questiona-la como uma instituição ou não, a exemplo do que Dubet (1994) propõe. O tipo de prática pedagógica presente na escola é de uma Instituição escolar com objetivos e projetos educativos claramente definidos, para um público homogêneo e realizadas também por professores homogêneos e firmemente controlados pela Instituição (p.173). Em uma escola instituição, os valores são reproduzidos conforme as expectativas das classes sociais presentes em cada escola, ou seja, segundo a ótica de reprodução, a escola prepara um filho de médico para ser médico e um filho de um trabalhador operário para ser operário.

Já a escola contemporânea, proporcionou uma maior massificação ou democratização do acesso ao ensino, sob a pretensão de dar acesso igualitário a toda sociedade, acaba produzindo suas próprias desigualdades (p.175) e é tão exclusiva e seletiva como a escola de três décadas atrás. Em suma, por mais que se pense em uma educação mais libertária, com sentido real na vida dos estudantes, preparando-os para uma vida ativa e crítica, na prática, a escola é presa às amarras do conservadorismo e as mazelas do Estado e do mercado de trabalho. Como coloca Gusmão (1999)

... a escola não se coloca para aqueles que dela já foram excluídos. O processo de alfabetização, transfigura-se em compreensão (e caridade), quase um privilégio concedido. Nessa postura revela-se a “não- escola”, o “não-ensino”, destinado aos excluídos no interior da própria escola. Uma “não-escola” que serve para criar a sensação de que está diminuindo as desigualdades sociais. (p.62)

Não há um consenso sobre como educar perante uma desigualdade social tão grande e, por mais que as políticas públicas sejam inovadoras, as práticas pedagógicas ainda atendem uma escola que visa a reprodução. Dessa forma, as professoras estão fadadas ao fracasso, uma vez que sua prática é vista como arcaica e lhe são atribuídas cada vez mais exigências de formação continuada e tecnológica para suprir sua “deficitária” formação inicial. Ainda, quando propõem uma didática mais avançada, com conteúdos significativos, são cobradas a seguir o conteúdo programático exigido pela escola, fundamentados nas diretrizes governamentais.

Nessa lógica, aliada a rotina escolar e a relação aluno- professor, as docentes tem sua ação cada vez mais limitada. Em hipótese, podemos pensar nesse contexto como propício para o desenvolvimento de um quadro depressivo ou de estresse

¹¹ Vestibular é um processo seletivo de acesso às Universidades no Brasil.

constante. As pressões no ambiente escolar são as mesmas que encontramos na sociedade em geral, severas desigualdades, intolerância com a diferença étnica, religiosa, de condição sexual, enfim, a escola serve como um pequeno recorte para entender como essa diversidade cultural e social interage num contexto que produção de sujeitos. A interação social dentro da escola também pode revelar questões de saúde e doença relativas a categoria trabalho. Contudo, as constantes reclamações sobre as dinâmicas escolares, exigências aos professores, baixos salários, fazem parte do discurso recorrente das professoras. Se formos pensar em termos de adoecimento, essas queixas serviram de palco para identificar o mal estar docente. A questão do adoecimento mental, mais especificamente depressão é um assunto mais delicado de ser comentado entre as docentes, quase um tabu. Falar quanto o trabalho docente gera estresse é o cotidiano das docentes, porém, pensar em um adoecimento que transcende o mundo do trabalho e é reflexo de um contexto mais amplo parece ser entendido como sinônimo de fraqueza e é sistematicamente negado.

SAÚDE MENTAL E DOCÊNCIA: ESTUDO DE CASO EM SANTA MARIA-RS

Ao se tratar do tema de saúde mental, é preciso contextualizar a noção de saúde e doença no campo do adoecimento mental. Conforme será relatado, as docentes negaram, silenciaram ou distorceram seus argumentos sobre a questão do adoecimento mental na escola. Esse silenciamento se dá por inúmeros fatores ligados à evolução dos tratamentos e da concepção de doença mental, desde o século XVIII no Brasil e no mundo.

Sobre esse tema, os autores Foucault (1978) e Porter (1987, 1996 e 2004) nos elucidam a pensar as diferentes noções de adoecimento mental, que surgem a partir do pensar um estado de loucura, cujo senso comum dizia ser “a ausência da razão”, senso esse questionado e criticado por Foucault, que entende a loucura como uma das faces da razão. Esses autores mostram que desde o surgimento da noção de exclusão/ internação para distintos fins, as pessoas consideradas insanas foram alvos dessa internação e isolamento social como forma de distinguir os “normais” dos “loucos”. Contudo, essa internação servia apenas para o isolamento social, não tinha um caráter terapêutico, uma vez que a internação não era exclusiva de doentes mentais, mas também de mendigos, desempregados, prostitutas, enfim, todas as pessoas socialmente excluídas.

Porter (1996), ao apresentar os estudos dos médicos do final do século XVIII, Vincenzo Chiarugi, da Itália e Philippe Pinel, de Paris, considerado o “Pai da Psiquiatria”, traz pela primeira vez a noção de loucura como uma doença, e sendo assim, passível de tratamento e regeneração. Tais estudos acabaram por reformar o pensamento sobre as internações e o papel dos hospícios no tratamento de doentes mentais. Vale lembrar aqui, que mesmo com uma noção de doença, os doentes mentais foram alvos de pesquisas e experimentações de extrema violência corporal para fins de diagnóstico e tratamentos¹².

O conhecimento dessas formas de tratamentos é uma das formas de resistência ao se assumir sofredor de uma doença mental. No Brasil do século XIX, enquanto na Europa a psicologia, psiquiatria já haviam tido grandes avanços em suas pesquisas, a noção de tratamento e diagnóstico era muito precária e baseada no isolamento e internação. Somente no final século XX, devido a protesto de agentes de saúde, familiares e simpatizantes da causa, que houve uma reestruturação dos diagnósticos, ampliando a noção de sofrimento psíquico para distintas formas de adoecimentos, com tratamentos mais específicos e desvinculando-se a necessidade de internação e exclusão social e familiar, salvo casos de extrema agressividade que poderia colocar familiares ou terceiros em situação de risco de violência corporal (Alves e Serres, 2004).

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais- DSM V, atualizado em 2013 é resultado dessas lutas por uma melhor classificação dos sofrimentos psíquicos e conseqüentemente seus tratamentos. Porém, vale a reflexão sobre o papel dos avanços da ciência e da tecnologia no âmbito da saúde mental. O acesso ao DSM se popularizou, fato esse que possibilita o amplo conhecimento de sintomas e tratamentos de doenças mentais. Da mesma forma, como já foi dito sobre as características da sociedade de consumo, um dos transtornos mentais mais comuns na atualidade é a depressão, muitas vezes entendida como uma fraqueza humana, uma incapacidade de mudar seus hábitos e enfrentar os desafios. Se esse é o argumento do senso comum, devemos pensar que até mesmo uma pessoa diagnosticada com depressão, resiste a ideia de uma doença e muitas vezes

¹² O autor discute com mais precisão sobre a questão da lobotomia, dos eletrochoques, laborterapia, convulsoterapia e psicofarmacologia, bem como as autoras Gabrielle Alves e Juliana Serres abordam esses tratamentos no Brasil e no RS, a partir do estudo do Hospício São Pedro em Porto Alegre- RS.

abandona o tratamento ou se quer o inicia, como forma de negação de estar vivendo um estado de adoecimento mental, visto que, a imagem que se tem de doentes mentais é associada a estereótipos popularizados de doentes em hospícios ou que requerem acompanhamento médico/psiquiátrico constante.

Dito isso, a questão da saúde mental na escola, surgiu de uma curiosidade de pesquisa no desenvolvimento do projeto de ensino denominado “Cartografia das práticas pedagógicas¹³”. A proposta desse projeto, como o próprio nome já diz, era de “cartografar”, traçar um mapeamento das práticas pedagógicas vigentes nas escolas de Santa Maria. O projeto que era desenvolvido em cinco escolas estaduais e contava com a análise de documentos escolares, como projeto pedagógico, plano de estudos e os índices de aprovação e reprovação dos alunos, na expectativa de evidenciar quais as disciplinas escolares tinham maiores índices de reprovação e a aprovação. Ao analisar esses índices, ouvia-se muito nos corredores das escolas a reclamação da ausência de professores para determinadas disciplinas. Alguns comentários pejorativos reforçavam “fulana esta afastada, está com depressão”, comentário seguido de um gesto de reprovação, deboche e falta de credibilidade sobre o motivo do afastamento de algumas professoras.

Com isso, surgiu a possibilidade de analisar os documentos dos Recursos Humanos das escolas. O objetivo era ver quantos afastamentos havia no ano (2009) e quais eram os motivos. Salvo os casos de doenças específicas, como tratamento de câncer, coluna, alergias, ou casos de afastamento por licença maternidade, foi percebido índices significativos de afastamentos por motivo de saúde mental. Muitos desses laudos médicos eram frequentemente prorrogados, chegando até mesmo a completar 1 ano de afastamento. Outro fator que chamou atenção eram os casos de delimitação de função, ou seja, professores que desenvolveram aversão ao trabalho em sala de aula ao ponto de trocarem de função, atuando como bibliotecários, monitores e em cargos administrativos da escola.

Devido ao cronograma do projeto e os objetivos pré estabelecidos, esse tema foi pouco desenvolvido nas análises do projeto e sentiu-se a necessidade de dar continuidade à pesquisa, abordando o tema da saúde mental.

¹³ Projeto que a autora atuou como bolsista, com o financiamento do Programa de Licenciaturas da UFSM- PROLICEN- 2009.

Para fundamentar a pesquisa, procuramos outras pesquisas que abordassem a questão da saúde mental. As poucas pesquisas que encontramos eram voltadas mais para as áreas da psicologia e sobre as manifestações do “mal estar docente”.

Em linhas gerais, encontramos uma pesquisa realizada pela Universidade da Bahia- UFBA. ARAUJO e CARVALHO (2009), desenvolvem essa pesquisa há 10 anos na Bahia, (vistos como pioneiros nessa análise) em três municípios baianos, com professores de todos os níveis de ensino e da rede pública e privada dos municípios. A pesquisa denominada de estudos epidemiológicos não tinha como foco a saúde mental, mas as doenças em geral que afetam os professores baianos. Após uma pesquisa quantitativa de análise de dados, além das doenças físicas, evidenciou-se as doenças mentais afligindo os professores. Mais além, através de aplicação de questionários visando uma abordagem quanti- qualitativa, percebeu-se como um dos fatores que desencadeavam o sofrimento psíquico, além dos baixos salários a excessiva jornada de trabalho, pois vários professores trabalhavam mais de 40h e em mais de uma escola.

No Rio Grande do Sul, o pesquisador da Universidade Federal de Pelotas- UFPEL, Vieira (s/d) buscou um estudo quantitativo entre os anos de 2007 a 2009 para analisar as doenças da docência nas escolas municipais de Pelotas, na especificidade do “Mal estar docente”. Recorrendo aos estudos de Carvalho (2002), encontram-se onze motivos causadores do mal-estar docente:

- 1) enfrentam uma gama constante de pressões das crianças, dos colegas, dos pais, dos políticos e administradores, muitas delas conflitantes, quase impossíveis de serem atendidas; 2) os professores tem o desafio contínuo de manter o controle da classe; 3) não tem limites claros de horário de trabalho; 4) boa parte de seu trabalho é levada para casa; 5) estão abertos a críticas de inspetores, pais, diretores, meios de comunicação e políticos; 6) não dispõem de recursos e oportunidades suficientes para reciclagem regular e ampla de seus conhecimentos; 7) paradoxalmente, espera-se que se mantenham atualizados com novos formatos e novos desenvolvimentos em sua matéria de ensino; 8) dependendo do diretor podem ter pouca voz ativa na administração da escola e na tomada de decisões; 9) tem seu próprio senso de padrões profissionais e sofrem frustrações decorrentes de não conseguirem alcançá-los; 10) tem o campo limitado para buscar conselhos ou discutir dificuldades com os colegas; 11) tem dificuldade de lidar com mudanças. (VIEIRA (s/d), p. 7 apud CARVALHO, 2002)

Baseados nessas duas pesquisas, pensamos em uma abordagem quanti-qualitativa. O primeiro passo foi entrar em contato com a 8ª Coordenadoria de Educação apresentando a proposta de pesquisa e solicitando a liberação dos dados estatísticos referentes aos afastamentos dos professores da rede estadual. Era preciso a análise desses dados para partir para uma abordagem qualitativa nas escolas. Esse contanto, que posteriormente nos colocou em diálogo direto com a Secretaria de Educação do RS demorou aproximadamente um ano, por diversas variáveis: sobrecarga de trabalho da Secretaria de Educação, poucos servidores para atuar nesse tipo de pesquisa e afastamento por motivo de saúde por duas vezes da pessoa responsável por fornecer esses dados.

De posse dos índices, os dados quantitativos apontaram os seguintes resultados¹⁴:

Ano	Total Geral de Afastamentos	Total Saúde Mental	Percentual (%)
2009	961	254	26,43
2010	1105	294	26,60
2011¹⁵	681	175	25,69

Tabela 1: Afastamentos dos profissionais da educação por motivo de saúde no estado do Rio Grande do Sul;

Fonte: Secretária Estadual de Educação do Rio Grande do Sul;

Org.: Peixoto, P. dos Santos. 2013.

A tabela mostra que o percentual de afastamentos por motivo de saúde mental se manteve em torno de 26% ao ano, do total de afastamentos. Um dado significativo dentro de um contexto de inúmeras doenças físicas que afetam os servidores estaduais. Vale lembrar que os afastamentos estão

¹⁴ Dados retirados do relatório parcial do projeto: Devaneios do Feminino: estudos históricos da loucura da mulher, do Programa de Licenciaturas- PROLICEN- 2011.

¹⁵ Como a divulgação desses dados ocorreu em 2011, os índices são referentes aos meses de janeiro à setembro de 2011.

incluídos além dos professores, agentes educacionais de alimentação, de manutenção e outros, formando o conjunto de trabalhadores que atuam nas instituições de ensino¹⁶. Ainda, os dados fornecidos pela Secretaria de Educação do RS não detalhavam questões de gênero (quantas mulheres e homens), questão de escolaridade (quantos professores tinham ensino superior ou apenas curso do magistério), muito menos quantas matrículas tinham os professores que pediam o afastamento (um dado que poderia mostrar em quantas escolas os professores trabalhavam no momento do laudo e também sua carga horária).

Contudo, os dados colocados em forma de gráficos e fazendo as distintas definições de afastamentos e categorias nos ajudam a perceber os períodos do ano letivo cujo afastamento se potencializam.

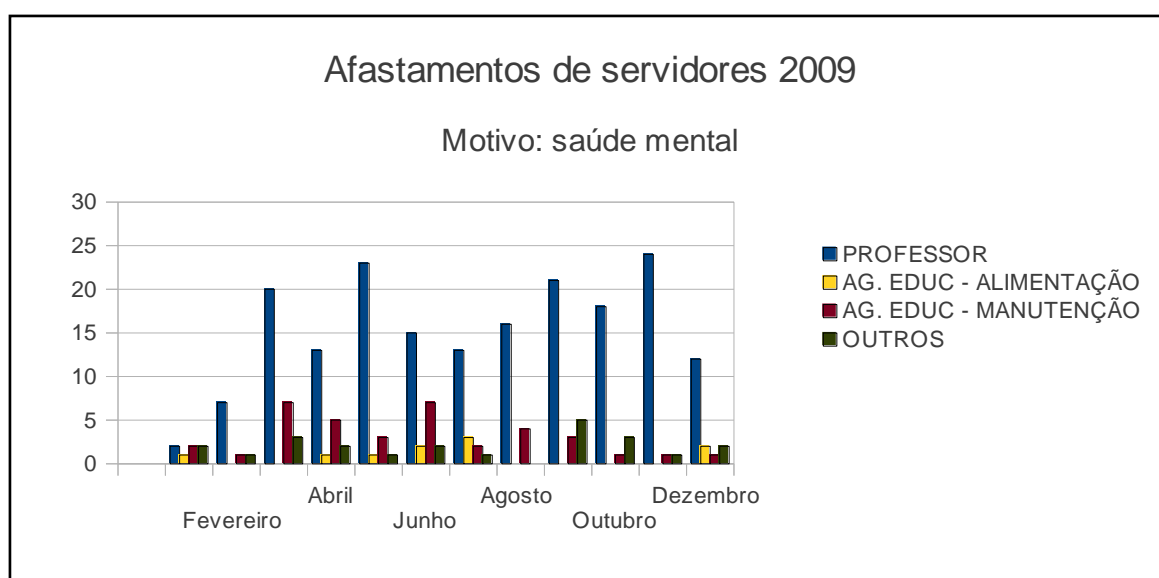


Gráfico 1: Afastamento de servidores do estado do Rio Grande do Sul no ano de 2009;
Fonte: Secretária Estadual de Educação do Rio Grande do Sul;
Org.: Peixoto, P. dos Santos. 2013.

¹⁶ Aqui, optou-se por não fazer a diferenciação entre professores, agentes educacionais de alimentação e manutenção, uma vez que entende-se que esses distintos grupos compõem a estrutura escolar e estão vulneráveis a desenvolver qualquer tipo de adoecimento ligados a profissão e o convívio escolar.

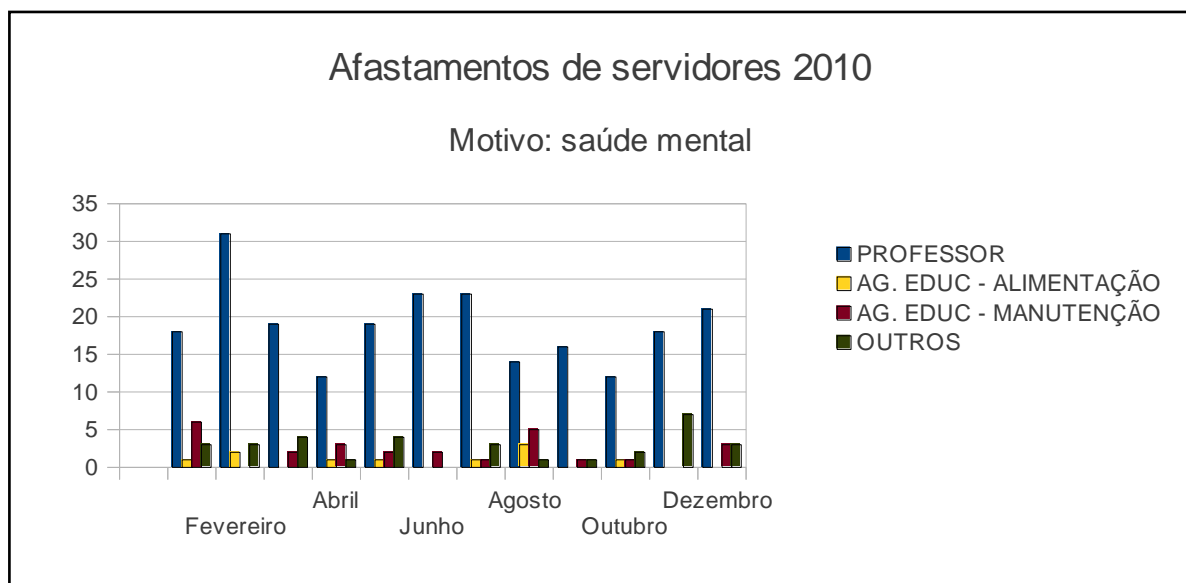


Gráfico 2: Afastamento de servidores do estado do Rio Grande do Sul no ano de 2010;
Fonte: Secretária Estadual de Educação do Rio Grande do Sul;
Org.: Peixoto, P. dos Santos. 2013.

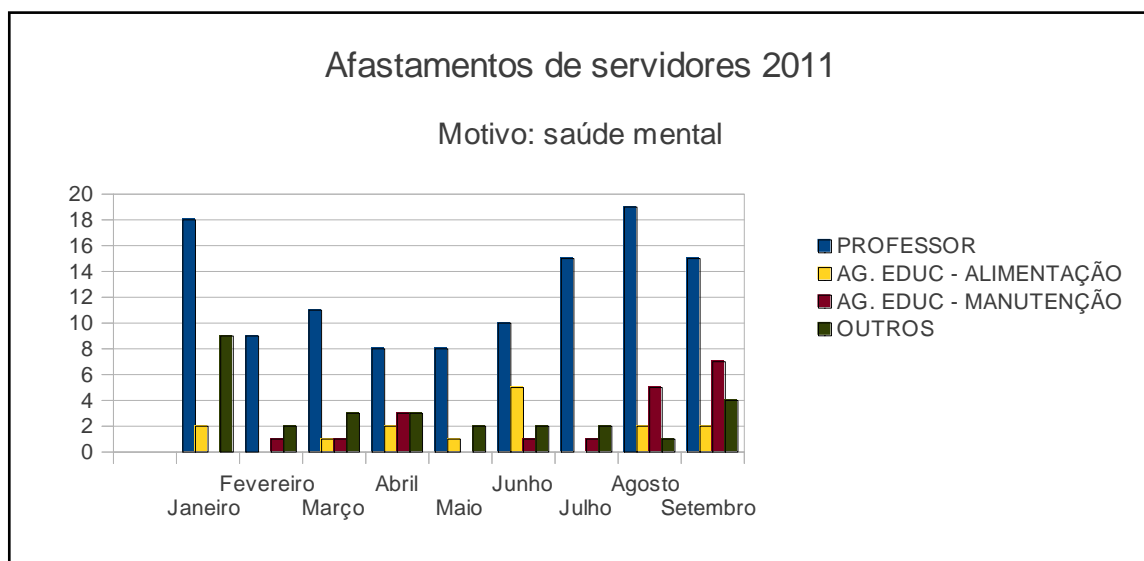


Gráfico 3: Afastamento de servidores do estado do Rio Grande do Sul no ano de 2011;
Fonte: Secretária Estadual de Educação do Rio Grande do Sul;
Org.: Peixoto, P. dos Santos. 2013.

Conforme apontam os gráficos, podemos perceber nos meses em que se inicia o ano letivo (fevereiro, março) os índices aumentam, da mesma forma que nos meses que culminam com o fim do trimestre (maio, junho, julho) e o final do ano letivo (novembro, dezembro) os pedidos de afastamentos se intensificam. Isso se relaciona com o acúmulo de tarefas, fechamento de notas, provas finais e conselhos de classe. Nos anos pesquisados, além dessas atividades, por

uma política do governo estadual, os professores ainda precisavam entregar a cada final de trimestre um relatório das atividades referentes à cartilha pedagógica distribuída pela Secretaria de Educação.

De posse dos índices, ao apresentá-los à 8ª Coordenadoria de Educação, foi solicitado a divulgação das escolas no município com maiores índices de afastamento para a continuidade da pesquisa. A coordenadoria de Educação, mesmo com a garantia da preservação de identidade e todos os cuidados éticos, optou pela não divulgação, alegando não ter esses dados. Mas, sugeriu que o grupo de pesquisadores, formados por dois bolsistas de graduação e uma mestranda desenvolvessem suas atividades em cinco escolas do município. A indicação, segundo a Coordenadoria, levou em consideração o contexto social de inserção das escolas, possibilitando assim um quadro comparativo. Foram 3 escolas periféricas, uma na região central e outra na região rural de Santa Maria. Das cinco escolas, apenas 3 aceitaram participar da pesquisa, 2 da periferia e uma rural.

A metodologia utilizada pelos pesquisadores foi baseada na observação e produção de oficinas que problematizavam a relação dos docentes com seu corpo, com a saúde e doença e a representação que tinham sobre o papel da docente. As oficinas eram realizadas mensalmente, tinham duração entre uma hora e uma hora e meia e ocorriam no horário das reuniões pedagógicas de professores, momento em que se concentravam maior número de docentes. Os debates dos temas funcionavam como uma espécie de “grupo focal”, o qual todos os docentes eram convidados a participar e manifestar sua opinião sobre o tema. As atividades eram filmadas e ainda registradas em caderno de campo dos pesquisadores para análises posteriores.

As escolas periféricas tinham características em comum: localizavam-se em regiões de alto índice de violência urbana, grande parte dos alunos vivam em situação de vulnerabilidade social. Mas as condutas das professoras eram distintas. Em todas as escolas, as mulheres majoritariamente dominavam o quadro de professores. Não houve registro de professores de séries iniciais, mas nas séries finais (história, física) encontramos 3 professores homens. Participavam das atividades entre 25 e 40 professoras. Na escola mais periférica, encontramos professoras com anos de atuação na escola. Devido ao medo do local social da escola, as professoras vestiam-se de forma muito simples (“para não chamar a atenção”), a escola estava constantemente

chaveada e era toda gradeada. Não havia arborização o que dava um aspecto “cinzento” à escola.

Já a outra escola periférica, o quadro docente era composto por docentes experientes, com muitos anos de atuação e por docentes recém contratados e recém formados. Nessa escola, percebemos uma iniciativa dos docentes pela formação continuada. Um número significativo cursava pós-graduação- especialização e duas cursavam mestrado. Nessa escola, notamos uma preocupação maior com a aparência e o cuidado com a imagem do professor. Da mesma forma que viam na união do grupo docente a estratégia para melhor lidar com as situações sociais trazidas pelos alunos.

A escola rural apresentou outro ambiente escolar. Um lugar onde os docentes sentiam-se valorizados, que consideravam prazeroso o exercício da profissão e também era formado por um grupo de docentes que atuavam há bastante tempo na escola.

Os temas abordados nas oficinas faziam relação com a identidade docente, sobre a relação de cada um com o corpo e a saúde e por fim o tema da saúde mental. Quando foram apresentados os temas sobre saúde mental, mesmo com os índices, ambas as escolas negaram conhecer profissionais com qualquer tipo de sofrimento psíquico. Até conheciam mas “foi em outro ano, em outra escola, um funcionário, um amigo”. Havia uma recusa de tratar sobre o tema e de aceitar os sofrimentos psíquicos como doenças na docência. O Não falar sobre o tema demonstrou uma certa insegurança sobre o diagnóstico, da mesma forma que era percebido como uma forma de “fraqueza das professoras” ceder a esse tipo de diagnóstico para se afastar de sua função. Contudo, havia falta de professores em ambas as escolas e quando foi solicitado a verificação dos registros de afastamentos, nos foi negado. Da mesma forma que o trabalho foi interrompido em uma escola, pois tanto a diretora quanto a vice- diretora entraram em laudo devido ao estresse e acúmulo de trabalho.

Sobre a questão do “ser” docente, o primeiro contato foi de grande hostilidade, ao mesmo tempo de expectativa. Hostilidades no sentido que as pesquisas em educação reforçavam uma identidade deteriorada das docentes, apontando os seus fracassos educacionais, o discurso das professoras foi bastante defensivo:

“a Universidade vem aqui, invade nossas salas, criticam nossas práticas e saem falando de nós sem ao menos discutir seus resultados e suas pesquisas conosco. Por isso esta cada vez mais difícil pesquisar nas escolas. Nós estamos cansadas de ouvir o que fazemos de errado e estamos esperando que esses teóricos da Universidade nos traga uma solução. Nos criticam por usar o quadro e o giz, por sermos “tradicionais”, mas aqui na escola o que funciona é o tradicional, o que temos a disposição é o tradicional, o tradicional é bom, é eficaz, faz o serviço”. (relato professora na escola A)

Já a expectativa era no sentido da espera que a Universidade levasse um novo conhecimento, uma nova fórmula que contribuísse para a rotina escolar. A visão da escola sobre educação ainda está focada sobre as práticas vigentes e os processos de ensino e aprendizagem.

Ainda sobre a questão do “ser” docente, sobre a escolha dessa profissão, os discursos variavam entre “é mais fácil passar no vestibular para uma licenciatura”, “fazendo um concurso de professor, mesmo ganhando pouco, tem estabilidade para resto da vida”, “tem o ipê”, até discursos mais elaborados e nostálgicos sobre a ideia de ser professora, de ter um prestígio social, ter ensino superior como forma de distinção, só que na prática ocorre o “desprestígio”. Vale colocar um relato do diário de campo:

“Nas escolas, que se localizam em uma região de grandes desigualdades sociais, o relato das professoras é que a violência faz parte do cotidiano dos alunos e elas acabaram se adaptando a essa realidade. Vestem-se de forma muito simples, todas são muito parecidas na maneira de vestir, nos corte do cabelo e na entonação da voz. Quando questionadas sobre as motivações da escolha da profissão, com um olhar nostálgico algumas responderam ter sido o sonho desde criança, pois tiveram uma pessoa na família professor que serviu de exemplo, ou uma professora muito querida por todos. Pensaram que teriam o mesmo tipo de reconhecimento e valorização que viam quando crianças. Uma professora relatou que o pai professor era convidado pelas famílias dos alunos para almoços nos domingos, inclusive o professor foi chamado uma vez para “encomendar um corpo” na ausência do padre na paróquia, tamanho era o prestígio desse profissional. Hoje, todas parecem decepcionadas pela falta de prestígio e pelas cobranças feitas a elas, sobretudo de cunho moral. Outra professora relatou que fica constrangida quando encontra um aluno em situações de lazer dela, como um bar por exemplo. Ela receia ser vista consumindo bebidas alcoólicas. Outra ainda relata que quando o namorado vai deixa-la na escola, caso tenha algum aluno na frente da escola, ela pede que o namorado estacione o carro a algumas quadras abaixo, para que os alunos não vejam se despedir do namorado. Outra professora ainda brincou: até parece que somos “assexuadas” e que vivemos em função da escola, pelo menos é isso que pensam nossos alunos e é a imagem que não conseguimos nos libertar”. (diário de campo, junho de 2012)

O trabalho desenvolvido nas escolas, com a tentativa de discutir o tema da saúde mental, mostrou-se com grandes obstáculos, uma vez que a escola ainda não se sente a vontade de discutir temas tão sensíveis às profissionais da educação. Sempre que se tentava abordar algo relativo a saúde, as professoras focavam nos problemas de voz, nas tendinites, renites, as quais eram constantes. Não assumiam um processo de adoecimento mental, mas retrucavam argumentando:

“também, quem não fica louca trabalhando 60h, em duas, três escolas diferentes para poder comer? Uma mulher solteira não vive com o salário de professora, tudo o que temos é em função dos maridos, sem falar nas cobranças que nos fazem, os alunos que estão cada vez mais difíceis de lidar, a família não nos apoia, o governo não nos apoia, a Universidade só critica e em muitas escolas não temos nem o apoio da direção”. (relato professora escola B)

Os problemas estruturais eram visíveis nas escolas. Foi percebido também um embate de gerações nas escolas, entre os professores formados há mais tempo, que defendem uma postura do professor cuidador, que para ter o respeito dos alunos tem que ter determinada postura, que é resistente a mudanças e a novas didáticas, com os professores formados há pouco tempo, que veem na docência não uma missão, mas apenas um trabalho como qualquer outro, que saindo da escola preocupa-se com as atividades que lhe dão prazer enquanto indivíduos, que pensam na escola como parte de sua vida e não sua vocação de vida.

A análise que se pode fazer sobre esse “silenciamento” sobre o adoecimento mental na escola, baseando-se nos depoimentos e relatos espontâneos obtidos, é de que, os assuntos sobre a docência, as dificuldades do trabalho docente, cobranças, falta de reconhecimento, excesso de carga horária, enfim, tudo o que foi citado como “problemas” na profissão do educador, estão diretamente ligadas ao conhecimento público e são compartilhadas entre o grupo de professores. Há inclusive indícios de que a profissão docente interfere nas relações pessoais das professoras, que veem-se constantemente vigiadas em suas ações fora a escola, temendo que de alguma forma, uma ação ou outra reflita na sua identidade docente ou na relação com colegas e alunos na escola.

Já, quando se trata de adoecimento, mais especificamente adoecimento mental, a reflexão gira em torno do entendimento de que tal assunto é de caráter privado, pessoal. A resistência em abordar o tema pode estar

associado a isso. Pois, o fato de uma professora estar passando por um processo de adoecimento mental, pode não ter uma causa direta ao trabalho docente. Pode ser influência das relações pessoais e sociais fora da escola, por frustrações, perdas ou até mesmo o sentimento de não pertencer ou não participar da sociedade de consumo, enfim, uma série de fatores podem levar ao adoecimento, que pode ter reflexos no trabalho escolar, ou que pode ser potencializado pelo estresse do trabalho docente, mas que é compreendido como assunto da esfera privada e por isso não é compartilhado entre os colegas docentes ou foi apresentado aos pesquisadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios pautados pela sociedade contemporânea tem colocado o trabalho docente em xeque. O advento do individualismo e da performance pessoal imprimiu novas perspectivas de pensar o eu, os diferentes papéis que desempenhamos e nossa função social.

Nesse contexto, a escola mostra-se como um espaço de encontros e desencontros. De rupturas e permanências, pois não acompanha com a mesma velocidade as mudanças da nossa sociedade. A escola separa dois mundos, o dos estudantes e dos docentes, mas não mais por uma questão de hierarquia apenas, mas sim de contexto socioculturais em que seus discursos foram e são produzidos.

A identidade do trabalhador docente passa por um processo de deterioração, de desprestígio social, causando profundas frustrações nos docentes. Tais frustrações, acrescida da sobrecarga de trabalho, baixos salários, mais fatores de cunho pessoal, tornam o trabalho docente como uma profissão suscetível de desenvolver transtornos psíquico, afetando diretamente a engrenagem escolar.

A proposta dessa pesquisa era de compreender de que forma o adoecimento mental era percebido pelas docentes e administrado pela gestão escolar devido aos afastamentos de professores. Mesmo diante de índices oficiais, as educadoras resistem em tratar do tema, desviando as discussões para temas já consagrados das pesquisas em educação. Talvez, porque discutir e assumir o adoecimento desencadeie um estigma no espaço de

trabalho, ou, por não compreender determinados transtornos como a depressão, bipolaridade e síndrome do pânico pela seriedade de doenças que são. Ainda, a negação se relaciona ao entendimento do que é de conhecimento público e de conhecimento privado. Questões do trabalho docentes, as dificuldades são compartilhadas como de caráter público. Porém, quando se trata de adoecimento mental, tem-se a percepção de que se trata de uma esfera privada e pessoal e torna-se um tabu compartilhar e discutir o adoecimento mental na escola. São questões que ficam abertas e exigem uma análise qualitativa mais aprofundada e maior permanência em campo para conseguir discutir o tema.

De fato, as queixas e os fatores de causam o adoecimento são reconhecidas e relatadas pelas docentes, contudo, o adoecimento em si é silenciado, negado e desacreditado. Os dados fornecidos pela Secretaria de Educação devem ser mais especificados a fim de oportunizar uma visão mais ampla e mais específica do perfil dos trabalhadores da educação que solicitam o afastamento, da mesma maneira que fica a questão: como o adoecimento mental das educadoras reflete na sua identidade docente e no convívio social da rotina escolar?

REFERÊNCIAS

120 anos do Hospital Psiquiátrico São Pedro: um pouco de sua história. In: **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**. v.26. n°.2, Porto Alegre: Mai/Ago. 2004, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v26n2/v26n2a02.pdf>> Acesso em: 17 ago. 2011

ALVES, Gabrielle Werenicz; SERRES, Juliane C. Primon. **Hospital Psiquiátrico São Pedro, 125 anos de História**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2009.

ARAUJO, Tania Maria de; CARVALHO, Fernando Martins. **Condições de trabalho docente na Bahia: estudos epidemiológicos**. *Educ. Soc.*,

Campinas, vol 30, n. 107, p. 427-449, maio/ago. 2009 427 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 24 de agosto de 2011.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A Reprodução - elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Lisboa: Editorial Vega, 1978.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

DURKHEIM, Emile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DSM-V Development, 2013. Disponível em <http://www.dsm5.org/about/Pages/faq.aspx>, acesso em 24 de fevereiro de 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LC, 1988.

LARA, Marcos Caye. Melancolia: a saúde do profissional da educação em evidência. Relatório de projeto de extensão- FIEEX 2012.

Organização Mundial da Saúde. **Relatório sobre a Saúde no Mundo: Saúde mental: nova concepção, nova esperança**, 2001.

PORTER, Roy. **Das tripas coração**. Rio de Janeiro: RECORD, 2004.

_____. **Uma História Social da Loucura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

_____. **História ilustrada da Medicina**. Rio de Janeiro: REVINTER, 1996.

PEIXOTO, Priscila. CORRÊA, Camila. **Devaneios do Feminino**: estudos históricos da loucura da mulher. Relatório de projeto de ensino: PROLICEN 2011.

PEREZ GOMEZ, A. I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: ARMED, 2001.

PINHEIRO, Leandro R. **Dos sujeitos e suas práticas, dos espaços de ação e suas identidades: para problematizar trajetórias em Hip Hop e Ecosol**. (s/d), disponível em pdf.

TOURAINE, Alain. **O Mundo das Mulheres**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

_____ **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. 3ª Ed- Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

VIEIRA, Jarbas Santos. **Constituição das doenças da Docência (Docenças)**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT09-6700--Int.pdf>>. Acesso em 24 de agosto de 2011.

WULF, Cristoph. **Antropologia da educação**. Campinas: Alínea, 2005.